



**VETO Nº 02/2026**

Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores,  
Assunto: Veto ao Projeto de Lei do Legislativo nº 059/2025.

Ilmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul,

Consubstanciado nas disposições do artigo 35 da Lei Orgânica do Município, informo aos Nobres Edis que decidi apor **VETO TOTAL** ao Projeto de Lei nº 59/2025, de autoria do Poder Legislativo, que “Dispõe sobre a criação do Cadastro de Identificação Municipal da Pessoa com Deficiência”.

Embora louvável a intenção da proposição, o veto se impõe por inconstitucionalidade formal, uma vez que proposição interfere na organização administrativa do Poder Executivo, conforme parecer jurídico anexo, o qual utilizo como razão de decidir.

Esta interferência diz respeito à atribuição de nova atividade à Secretaria de Assistência Social, que é o gerenciamento, controle e tratamento de dados deste banco, além da aquisição ou formulação de uma plataforma para receber esses dados, a qual, pela previsão do projeto, deverá ser alimentada e gerenciada por um servidor designado.

Cumpre destacar, como já mencionado, por mais louváveis que possam ter sido as intenções da ilustre proponente, que o Projeto de Lei, ao instituir obrigação ao Executivo Municipal de possivelmente criar novas atribuições a servidores ou mesmo realocá-los nos postos de trabalho, ou eventual aquisição de software, certamente trará ônus à Administração e, assim o fazendo, o Projeto de Lei dispôs sobre a organização e atribuições de órgãos da Administração Pública, cuja disciplina é de iniciativa reservada ao Chefe do Poder Executivo.

Dessa forma, há vício de iniciativa no Projeto de Lei em análise, pois diz respeito à organização e funcionamento dos serviços da administração municipal, a qual é de competência do Chefe do Poder Executivo, conforme Lei Orgânica Municipal.

A fiscalização acerca do cumprimento de tais exigências legais incumbe inevitavelmente ao Poder Executivo Municipal, por meio da atuação do órgão competente. Assim, o Poder Legislativo ao adentrar na competência do Chefe do Executivo afronta não só o dispositivo já elencado, como também, um dos basilares princípios constitucionais que fundamenta o Estado Democrático de Direito, qual seja, o Princípio da Separação dos Poderes que está encartado no




artigo 2º da Constituição Federal de 1988.

Diante disso, não resta alternativa senão vetar integralmente o projeto.

Inobstante a inconstitucionalidade formal, nada impede que eventualmente o Poder Executivo venha a apresentar projeto de lei similar, caso constate a necessidade e o interesse público subjacente após diálogo com a Secretaria de Assistência Social e o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência – COMDE.

Contando com a compreensão dos nobres Vereadores, renovo votos de elevada estima e consideração, devolvendo o assunto ao reexame da Câmara de Vereadores.

São Bento do Sul/SC, 13 de janeiro de 2026.

  
**ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO**  
Prefeito Municipal





**PARECER JURÍDICO**

**PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 59/2025**

Submete-se à análise desta Assessoria Jurídica o Projeto de Lei do Legislativo nº 59/2025, de autoria parlamentar, que *“dispõe sobre a criação do Cadastro de Identificação Municipal da Pessoa com Deficiência no Município de São Bento do Sul e dá outras providências”*.

O projeto cria cadastro municipal destinado à identificação, organização e acompanhamento das pessoas com deficiência residentes no Município, atribuindo à Secretaria Municipal de Assistência Social a responsabilidade por sua gestão, prevendo ainda a criação de plataforma eletrônica, integração entre secretarias, possibilidade de emissão de documento municipal e regulamentação pelo Poder Executivo no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

A proposição foi aprovada pelo Poder Legislativo e encaminhada para análise quanto à legalidade e constitucionalidade, para fins de sanção ou veto pelo Chefe do Poder Executivo.

É o relatório.

**I – DO MÉRITO**

A matéria tratada no projeto insere-se, em tese, na competência comum dos entes federativos, nos termos do art. 23, inciso II, da Constituição Federal, que atribui à União, Estados, Distrito Federal e Municípios o dever de cuidar da saúde e da assistência pública, bem como da proteção das pessoas com deficiência, pelo que, neste ponto, não há qualquer apontamento.

Entretanto, não obstante a nobre finalidade do projeto, verifica-se vício formal insanável de iniciativa, que compromete sua constitucionalidade.

A Lei Orgânica do Município de São Bento do Sul, em consonância com o modelo constitucional, reserva ao Prefeito Municipal a iniciativa das leis que disponham sobre a organização e funcionamento da Administração Pública Municipal, a criação de atribuições para órgãos e secretarias do Poder Executivo, a estruturação e execução de políticas públicas administrativas, e os atos que impliquem gestão, execução e operacionalização de serviços públicos.

O Projeto de Lei do Legislativo nº 59/2025, ao dispor sobre a criação do banco de dados, cria obrigação direta ao Poder Executivo de instituir, manter e atualizar cadastro municipal, atribui à Secretaria Municipal de Assistência Social a responsabilidade pela gestão do cadastro (art. 4º), impõe a criação e manutenção de plataforma eletrônica segura, autoriza a emissão de documento municipal, determina a integração de dados entre secretarias e, por fim, impõe prazo para regulamentação pelo Executivo.

Tais disposições extrapolam o poder de iniciativa parlamentar, pois não se limitam a estabelecer diretrizes ou autorizações genéricas, mas interferem diretamente na organização administrativa e na atuação concreta do Poder Executivo.

A jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal é firme no sentido de que leis de iniciativa parlamentar que criam obrigações administrativas, atribuições





a órgãos do Executivo ou impõem execução de políticas públicas configuram violação ao princípio da separação dos Poderes, sendo formalmente inconstitucionais.

Assim, há clara afronta à Lei Orgânica Municipal e ao art. 2º da Constituição Federal, aplicável por simetria.

Colaciona-se, a propósito, o hodierno entendimento do STF sobre casos análogos:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. VÍCIO DE INICIATIVA. LEI DE INICIATIVA PARLAMENTAR QUE DISPÕE SOBRE ATRIBUIÇÕES E ESTABELECE OBRIGAÇÃO A ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. INCONSTITUCIONALIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. 1. Acórdão recorrido que se encontra em sintonia com a jurisprudência desta Corte no sentido de que padece de inconstitucionalidade formal a lei de iniciativa parlamentar que disponha sobre atribuições ou estabeleça obrigações a órgãos públicos, matéria da competência privativa do Chefe do Poder Executivo. 2. Agravo regimental a que se nega provimento" (RE 653041 AgR, Relator(a): Min. EDSON FACHIN, Primeira Turma, julgado em 28/06/2016, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-166 DIVULG 08-08-2016 PUBLIC 09-08-2016). (grifei).

Além do mais, embora o projeto não contenha previsão expressa de criação de despesa, é inequívoco que sua execução demanda da criação de estrutura administrativa para integração de dados, além do desenvolvimento ou contratação de sistema eletrônico para a gestão e atualização dos cadastros, sem contar a possível despesa com a emissão das carteirinhas.

A ausência de estimativa de impacto orçamentário-financeiro, bem como de indicação de fonte de custeio, reforça o vício formal, em afronta aos princípios da responsabilidade fiscal e às normas da Lei Orgânica Municipal que condicionam a criação de obrigações administrativas à compatibilidade com o planejamento orçamentário.

Importante ainda fazer apontamento em relação ao tratamento de dados. O cadastro previsto envolve dados pessoais sensíveis, especialmente informações de saúde (CID), enquadradas no art. 5º, II, da Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD).

Embora o projeto mencione genericamente a observância da LGPD, não define a base legal específica para o tratamento dos dados, o agente de tratamento responsável, os critérios de segurança da informação, os limites de compartilhamento e o tempo de retenção dos dados.

A criação de banco de dados sensíveis por iniciativa parlamentar, sem estudo técnico prévio do Executivo, potencializa riscos jurídicos e administrativos ao Município, inclusive de responsabilização civil e administrativa caso ocorra a exposição de dados sensíveis dos usuários cadastrados.

Por fim, é necessário reconhecer, ainda, que a Secretaria de Assistência Social e a Secretaria de Saúde já possuem sistemas muito semelhantes ao previstos nessa proposta de lei, onde constam as informações das pessoas com deficiência no Município, seu CID, tratamento, etc., integrando-se entre as multidisciplinaridades para a correta aplicação das políticas públicas.



Diante do exposto, esta Assessoria Jurídica conclui que há vício formal de iniciativa, por invasão da competência privativa do Prefeito Municipal para dispor sobre organização e funcionamento da Administração Pública, em afronta à Lei Orgânica do Município de São Bento do Sul e ao princípio da separação dos Poderes, bem como que o projeto impõe obrigações administrativas e potenciais despesas sem prévia análise técnica e orçamentária, pelo que se recomenda o VETO INTEGRAL ao Projeto de Lei do Legislativo aqui tratado.

Salvo melhor juízo, esta é a orientação da Assessoria Jurídica, elaborada com base nas informações e documentos disponibilizados.

São Bento do Sul/SC, 23 de dezembro de 2025.

**MAIANE F. DE MIRANDA**  
OAB/SC 48.627  
Assessora Jurídica do Gabinete